

**TERRITORIALIDADES DE INSURGÊNCIA, TESSITURAS DE
DESENVOLVIMENTO(S): PARTICIPAÇÃO SOCIAL E COALIZÃO NAS
JORNADAS DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL**

**TERRITORIALITIES OF INSURGENCY, DEVELOPMENT TESSITURES: SOCIAL
PARTICIPATION AND COALITION AT 2013 JUNE DAYS IN BRAZIL**

**Gustavo Souza Santos¹
Anete Marília Pereira²**

Resumo: As Jornadas de Junho de 2013 no Brasil se configuraram como um evento-fenômeno de insurgência que concentrou atos em todo o território nacional articulando pautas diversificadas. Tendo por embrião os protestos em torno da mobilidade e o aumento tarifário do transporte público urbano, o escopo das manifestações foi ampliado, se etiquetando à demandas estruturais e de natureza social, política e econômica familiares à realidade brasileira. Nesse ínterim, arregimentados pelas redes sociais e marcados por uma indumentária espontânea, solidária e em rede, os atos ganharam coesão multiescalar pressionando Estado, mídia e opinião pública. Contudo, os gritos insurgentes não renunciaram apenas a anatomia constitutiva de movimentos sociais, mas denotaram novos formatos de participação social, com refletância on/off-line, produzindo coalizão e tessituras de desenvolvimento reclamado e reticulado territorialmente. Face a esses cenários, desenvolveu-se aqui uma reflexão sobre os atos de 2013 como pulsões populares produtoras de tessituras de desenvolvimento(s), em uma lógica onde a linguagem insurgente se torna expressão de coalizão e participação social. A análise de publicações de usuários do Twitter, selecionadas sob *hashtags* de engajamento, foi feita e auxilia na compreensão do processo.

Palavras-chave: Jornadas de Junho. Desenvolvimento social. Mobilização social.

Abstract: The 2013 June Days in Brazil were configured as an event-phenomenon of insurgency that concentrated acts throughout the national territory articulating diversified guidelines. As a result of protests about mobility and the tariff increase of urban public transport, the scope of the demonstrations was broadened, marking the structural, social, political and economic demands familiar to the Brazilian reality. In the meantime, regrouped by social networks and marked by spontaneous, solidary and networked attire, the acts gained multi-scale cohesion pressing the State, media and public opinion. However, the insurgent cries did not only foreshadow the constitutive anatomy of social movements, but denoted new forms of social participation, with reflection on / off-line, producing coalition and tessitura of claimed and reticulated territorial development. In view of these scenarios, a reflection on the acts of 2013 was developed as popular drives producing developmental tessitures, in a logic where the insurgent language becomes an expression of coalition and social participation. The

¹ Doutorando em Desenvolvimento Social (PPGDS) pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Docente das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (FIPMoc). E-mail: gustavo.ccpv@gmail.com

² Docente do Departamento de Geociências e dos programas de pós-graduação em Geografia (PPGEO) e Desenvolvimento Social (PPGDS) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

analysis of publications of Twitter users, selected under engagement hashtags, was made and helps in understanding the process.

Keywords: June Days. Social Development. Social mobilization.

Introdução

As Jornadas de Junho de 2013 no Brasil se configuraram como um evento-fenômeno de insurgência que concentrou atos em todo o território nacional articulando pautas diversificadas. As duas semanas, com flexões anteriores e posteriores, que constituíram os atos, se difundiram pelo país em ondas produtoras de atos, coesão, mobilização e solidariedade insurgente.

Tendo por embrião os protestos em torno da mobilidade e o aumento tarifário do transporte público urbano, o escopo das manifestações foi ampliado, se etiquetando à demandas estruturais e de natureza social, política e econômica familiares à realidade brasileira. Mobilidade, saúde, educação, corrupção e pautas do ideário político e popular passaram encorpar as reivindicações.

Nesse ínterim, arregimentados pelas redes sociais e marcados por uma indumentária espontânea, solidária e em rede, os atos ganharam coesão multiescalar pressionando Estado, mídia e opinião pública. A heterogeneidade de pautas e participantes ganhou coesão horizontal sob pautas e visões de país, a partir dos locais de insurgência de cada participante, evidenciando vocalizações por mudança, por desenvolvimento.

Contudo, os gritos insurgentes não renunciaram apenas a anatomia constitutiva de movimentos sociais, mas denotaram novos formatos de participação social, com refletância on/off-line, produzindo coalizão e tessituras de desenvolvimento reclamado e reticulado territorialmente.

Face à produção de territorialidades reticuladas de insurgência, a solidariedade multiescalar e a refletância on e off-line (SANTOS; CUNHA, 2018b), desenvolveu-se aqui uma reflexão sobre as Jornadas de Junho como pulsões populares produtoras de tessituras de desenvolvimento(s), em uma lógica onde a linguagem insurgente se torna expressão de coalizão e participação social.

Como aporte à análise das manifestações em questão, foram examinadas publicações de usuários do Twitter registradas no período³, indexadas sobre as *hashtags*⁴ #vemprarua e #ogiganteacordou.

Tessituras de desenvolvimento(s), coalizão e participação social em junho de 2013

O epicentro das manifestações de junho de 2013 foi a cidade de São Paulo. A pauta reivindicada era clara: o protesto contra o aumento do preço das passagens de ônibus em R\$ 0,20 sob liderança do Movimento Passe Livre, grupo ativista do transporte público no país (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013). Tão claro quanto a pauta inicial das manifestações era o signo que ela evocava: a mobilidade, nela o direito de ir e vir e os pesos de viver nas cidades.

No signo da mobilidade, está a liberdade do desempenho de funções, do exercício cidadão, o trabalho, a construção do capital social e econômico brasileiro, a vitalidade da urbe, como evoca o direito à cidade (LEFEBVRE, 2008). Desse modo, é possível se aproximar do sentimento catalisador das manifestações que nascem gestadas nas estruturas e afetos do arrocho social e econômico vivenciados diariamente por uma parcela significativa de brasileiros.

Com o arrefecimento da relevância do estado e a apatia política (CARVALHO, 2000), a participação social torna-se afiada, especialmente em um quadro de distanciamento entre o cidadãos e seus representantes, o que fragmenta a visão de país, comumente centralizada na perspectiva político-partidária e representativa.

A tentativa de diálogo malsucedida e a instabilidade política no tocante à sensibilidade dos representantes com o corpo social e cidadão se tornam matéria de combustão para mobilizações. A visibilidade dos atos do MPL projetam lastros de sensibilidade nacional por contágio, constituindo uma espécie de dispositivo detonador para atos em uma crescente que acompanhou todos os estados brasileiros.

³Utilizando o sistema de Busca Avançada disponibilizado pelo Twitter, selecionou-se o período de 16 a 30 de junho de 2013, correspondente ao que se considera como Jornadas de Junho.

⁴A hashtag é um sistema de palavras-chaves usados como parte da comunicação na internet. Servem para catalogar textos onde a mesma palavra-chave foi usada, isto é, facilitando a busca por contexto. Recentemente, têm sido usadas como complemento linguístico na redação digital e dinâmica social para chamadas, conclames e campanhas. São sempre precedidas de cerquilha (#) e, se forem compostas por mais de um termo, estes são unidos como em #vemprarua.

Pois bem, sob o signo de mobilidade e condensando os afetos nacionais por contingência quanto a viver no país hoje, o escopo restrito a uma pauta mais evidente em grandes cidades, como o transporte público, passa a agremiar outras demandas familiarizadas pelo tino cotidiano, mediatizadas pela imprensa e verbalizadas pelo discurso político.

A natureza dos objetivos das manifestações, por espontaneidade e influxo, se rearranja, fazendo uma varredura completa de todos os males que assolam diferentes regiões do Brasil e que se tornaram parte de projetos de governo e projetos de desenvolvimento que, na utopia das benesses do discurso se cristalizaram em ideologias que pouco correspondiam à realidade, ao menos aquela realidade que compungia os manifestantes que se juntaram aos atos.

Educação, saúde, segurança, trabalho, corrupção e outros anelos passaram então a compor o escopo ampliado das manifestações. O movimento de influxo e inflexão da insurgência congregou sentimentos nacionais em níveis localizados, isto é, cada localidade e suas demandas encontraram ressonância em conclames distribuídos e que guardavam certa unidade de experiência cotidiana, não só espacializada, mas historicizada.

Essa profusão de pautas e atos aglutinou afetos que, embora dispostos em dinâmicas multiterritoriais, provocaram um sentido de unidade nacional, não restrita ao território brasileiro como unidade administrativa nacional. Os afetos, os apelos e as vivências condicionaram uma identidade coletivizada, a partir de uma espécie de solidariedade multiescalar (SANTOS; CUNHA, 2018b).

É próprio da pulsão insurgente agregar e coletivizar os sujeitos, gerando empuxos solidários. Entretanto, a solidariedade que parecia contagiar os manifestantes de cidades de pequeno, médio e grande porte se fortaleceu a partir dos afetos e dos contextos comuns, renovando o senso público, já defasado na cultura política brasileira (CARVALHO, 2000).

Para elucidar, cerca de 2,7 milhões de pessoas participaram dos atos que compuseram as Jornadas de Junho de 2013. Esses participantes se distribuíram em atos por 538 municípios de todos 26 os estados e o Distrito Federal, e em 73 cidades de 25 países no exterior⁵. A solidariedade insurgente e multiescalar de junho de 2013 conservou a matéria inflamável de toda mobilização sociopolítica, mas recarregou as multidões de certo ingrediente identitário escasso.

⁵Conforme apuração de <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>. Acesso em: 30 ago. 2018.

Essa combinação atípica culminou no desenvolvimento de territorialidades de insurgência (SANTOS; CUNHA, 2018a). Ora, territorialidades se efetivam na medida em que espaço, identificação coletiva, relações de poder, fluxos socioespaciais e comunicacionais se coadunam em relações sociais entre sujeitos e sua diversidade de vivências e lugares, concorda Saquet (2009; 2011). Tal prospecto pode explicar a força de integração assistida nas manifestações em questão.

Para explicitar o papel das territorialidades, e estas insurgentes, no evento-fenômeno aqui discutido, é preciso discutir que o território se efetiva “como extensão espacial apropriada e usada”, onde é pungente a necessidade de “pertencer àquilo que nos pertence” (SILVEIRA, 2011, p. 39), efetivando-se assim a produção de territorialidades.

Desse modo:

Quando o objeto remete a manifestações sociais marcados pelo caráter de evento, o processo territorial é compreendido pela forma com que tais atos se instauram sobre o espaço apropriado. Assim, as territorialidades se efetivam na medida em que o próprio circuito insurgente é uma malha espacializadora a comportar sujeitos e suas relações. [...] A contiguidade das manifestações de junho de 2013 se estabeleceu e obteve aderência porque as dinâmicas de sua fundamentação denotavam processos humanos de produção de sentido e experiência coletiva com o espaço e a ordem social da qual os sujeitos - sejam manifestantes ou apoiadores - participam (SANTOS; CUNHA, 2018a, p. 40).

No construto das territorialidades está a convivência de forças que podem gerar imbrólios. As territorialidades insurgentes das jornadas carregam a substância coletiva e identitária e o aquecimento da mobilização, produzindo não apenas dissenso na ida às ruas, mas coalizão e tessituras de participação que reclamam por ideais redistributivos, afirmativos e/ou transformadores (FRASER, 2001), isto é, tessituras de desenvolvimento(s).

As figuras 1, 2 e 3 demonstram a construção de tais tessituras a partir da convocatória às ruas que significam não apenas o convite à mobilização, como atestar uma identidade coletivizada e, portanto, mobilizadora e solidária. Há afetos e demandas dispostas sob territorialidades que articulam circuitos reivindicatórios autoconscientes e que, apesar da espontaneidade que se lhe é peculiar, significa uma forma participativa que reclama discutir e clamar por desenvolvimento.

Figura 1 - Identidade e convocatória nas manifestações

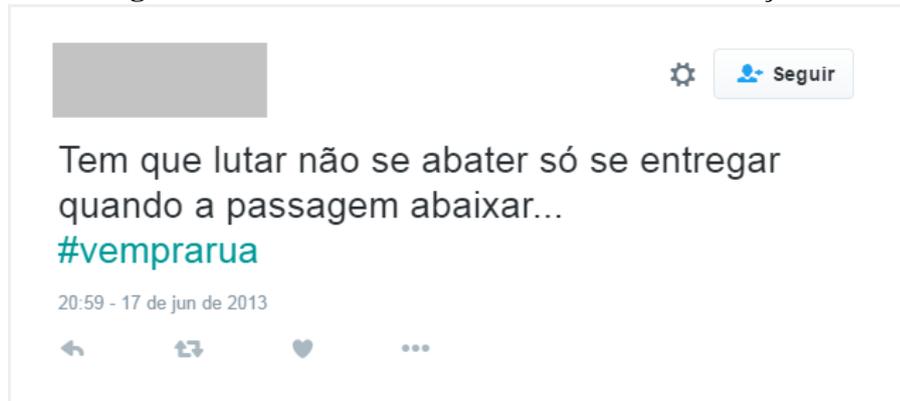


Figura 2 - Identidade e convocatória nas manifestações

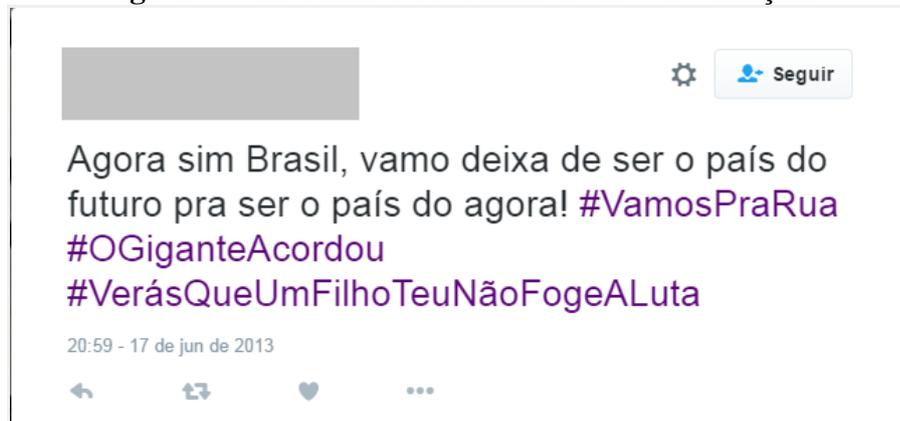
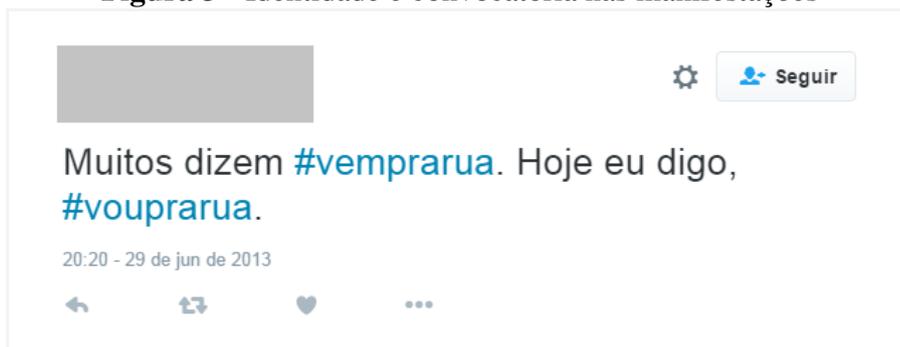


Figura 3 - Identidade e convocatória nas manifestações



Nesse sentido, Castells (2013, p. 23) pontua que:

A insurgência não começa com um programa ou uma estratégia política. Isso pode vir depois, quando surge a liderança, de dentro ou de fora do movimento, para fomentar agendas políticas, ideológicas e pessoais que podem ou não relacionar-se às origens dos participantes do movimento. Mas o big bang de um movimento social começa quando a emoção se transforma em ação. Segundo a teoria da inteligência

afetiva, as emoções mais relevantes para a mobilização social e o comportamento político são o medo (um afeto negativo) e o entusiasmo (um afeto positivo).

A combinação de afetos de que Castells (2013) discute são componentes da insurgência que tensiona para ação, mas sobretudo, que coletiviza e produz sentidos coletivos, ainda que pela duração da onda de mobilização. Os gritos, reclamações, gestos, cartazes e movimentos são sinalizadores da efervescência do protesto, mas são resíduos de engajamentos sociopolíticos por flutuação.

As figuras a seguir (4, 5, 6, 7 e 8) elucidam essa produção de afetos como produção de insurgência:

Figura 4 - Produção de afetos e insurgência

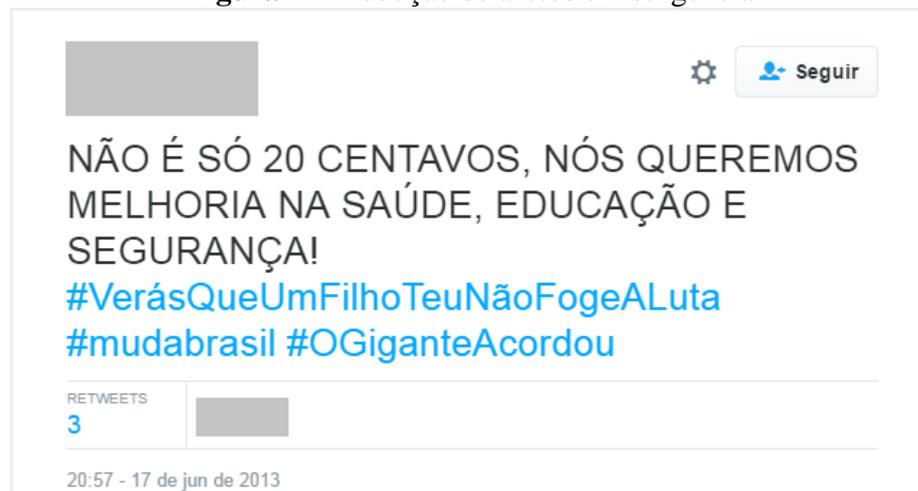


Figura 5 - Produção de afetos e insurgência

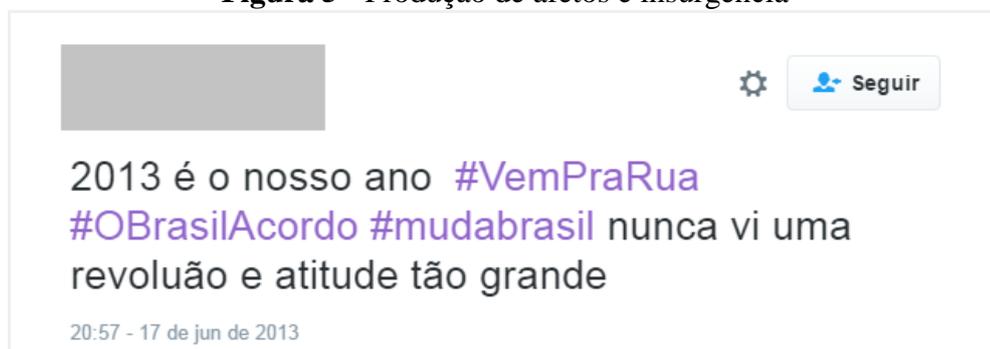
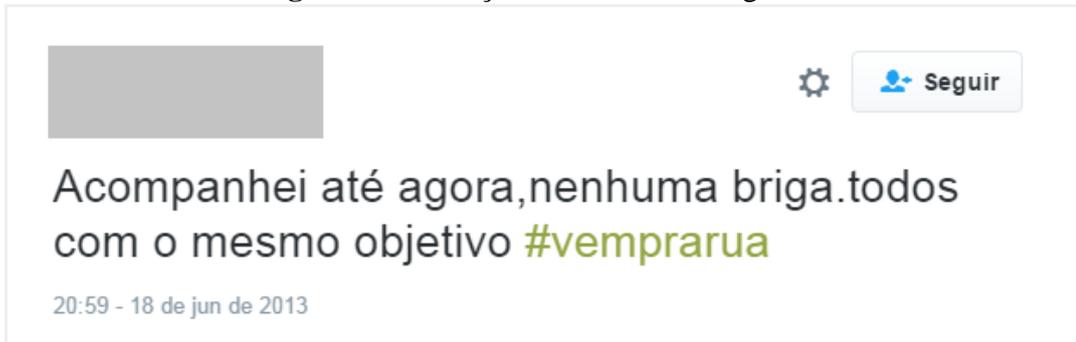
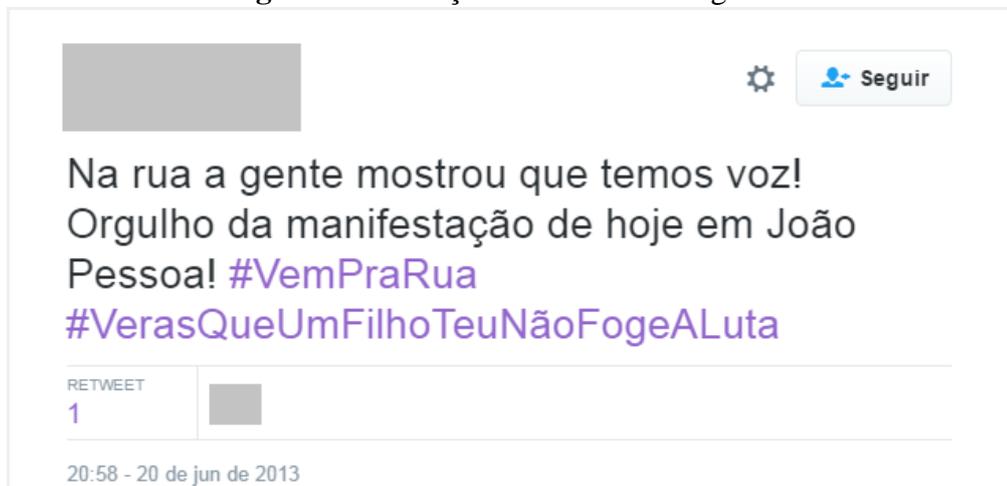
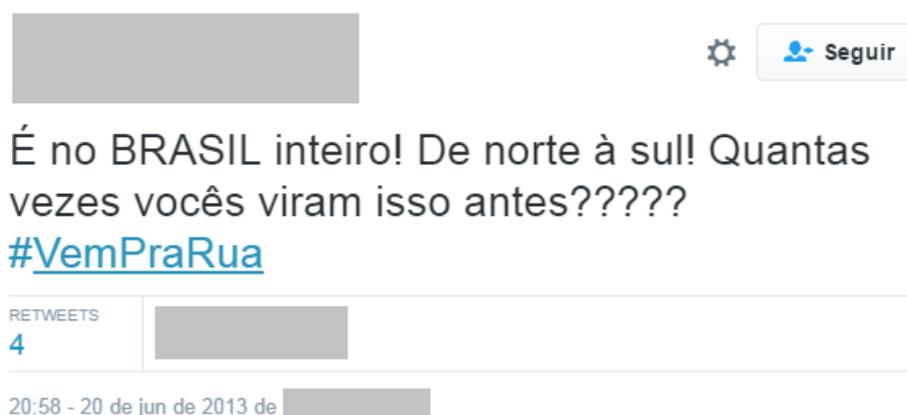


Figura 6 - Produção de afetos e insurgência**Figura 7 -** Produção de afetos e insurgência**Figura 8 -** Produção de afetos e insurgência

Essa unidade de afeto torna-se, sobretudo, unidade de sentido no caso das Jornadas de Junho. Unidade de sentido é essencial à manufatura do protesto para garantia da coesão da mobilização, cuja corporeidade é volátil e inflamável, carecendo assim de certo nível de ordenamento ou aderência para efetivar-se. Aqui, são emoções positivas (como a esperança

do projeto e da luta) e negativas (como o medo do presente/futuro e a indignação com a realidade) é que aglutinam as energias insurgentes.

Novamente, Castells (2013, p. 22) explicita esse mecanismo:

Os indivíduos entusiasmam-se quando são mobilizados para um objetivo que apreciam. É por isso que o entusiasmo está diretamente ligado a outra emoção positiva: a esperança. A esperança projeta o comportamento no futuro. [...] Contudo, para que surja o entusiasmo e aflore a esperança, os indivíduos precisam superar a emoção negativa resultante do sistema motivacional de evitação, a ansiedade. A ansiedade é a reação a uma ameaça externa sobre a qual a pessoa ameaçada não tem controle. Assim, a ansiedade leva ao medo e tem sobre a ação um efeito paralisante. A superação da ansiedade no comportamento sociopolítico frequentemente resulta de outra emoção negativa, a raiva (CASTELLS, 2013, p. 22).

A mobilização, especialmente aquela que tem sentido sociopolítico, é comumente vista sob uma perspectiva estritamente objetiva. Isto é, encadeada por um projeto, por um plano, por uma agenda. Essa visão objetiva torna-se ao mesmo tempo mecanicista e utilitarista uma vez que passa a exigir gradações de planejamento, burocracia e resultados práticos imediatos de atos que, antes de qualquer acepção, são disruptivos ao ordenamento sociopolítico convivial.

Desse modo, deve-se acrescentar ao trato de explosões sociais e manifestações mais ou menos organizadas uma camada calcada na economia dos afetos. A experiência sociopolítica de atos como os de 2013 nasce e cresce a partir de emoções que se transformam em ação. Ação esta que é a pedra de toque para as incursões visíveis e invisíveis das odisséias sociopolíticas perpetradas por atos, protestos e significados ampliados de manifestações diversas.

As figuras 9, 10, 11, 12 e 13 sinalizam para esta ação metabolizada de emoções e que compõem o esquema insurgente como nas jornadas:

Figura 9 - Ação, participação e desenvolvimento

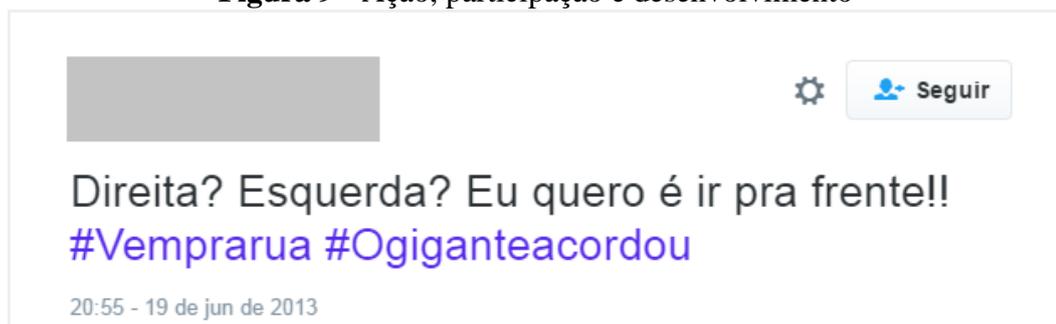


Figura 10 - Ação, participação e desenvolvimento


Seguir

o mais legal de tudo é que as noticias das manifestações estão rodando pelo país
TODINHO #OGiganteAcordou de verdade

20:58 - 20 de jun de 2013

Figura 11 - Ação, participação e desenvolvimento


Seguir

As Manifestações estão quebrando paradigmas sociais! Cansei de ouvir “política não se discute” e dizer “se discute sim”
#ogiganteacordou

20:59 - 20 de jun de 2013

Figura 12 - Ação, participação e desenvolvimento


Seguir

ESTAMOS SOMENTE LUTANDO P MELHORAR NOSSO BRASIL! #VEMPRUA
#ogiganteacordou #cinelandia
#vtncpaesecabral
instagram.com/p/azM99JH5vM/

20:59 - 20 de jun de 2013

Figura 13 - Ação, participação e desenvolvimento


Seguir

O Brasil acordou sem precisar de super-heróis, sem precisar de políticos, acordo com gente comum como eu e você #Vemprarua

20:31 - 23 de jun de 2013

A superação dos contornos ideológico-partidários, a sensação de voz em uníssono, o refrigério à discussão política, o sentido de luta e a renovação do senso de cidadania e virtude cívica presentes nos *tweets* caracterizam a insurgência nas manifestações como um constructo de participação social que, a partir de sua linguagem própria, produzem tessituras de desenvolvimento(s).

É possível entender essa perspectiva aliada ao caso a partir de uma tríade: a produção de territorialidades como mobilizadora de afetos, relações e vocalizações; a linguagem insurgente como inclinação à ação e articulação sociopolítica; e, a produção de tessituras de desenvolvimento(s) a partir da participação social que gera coalizão.

Nos certames da centralidade das territorialidades insurgentes e reticuladas na constituição dos atos de junho de 2013, já explicitadas, convém considerar que:

A territorialidade é histórica e relacional. Ela abriga em si temporalidades e espacialidades por meio de processos relacionais que têm pregnância no reconhecimento identitário e na expressão de pertencimento. E se a territorialidade é um ato de pertencer o que se pertence, torna-se manifestação ruidosa, uma vez que a identidade, o pertencimento ou as relações humanas se caracterizam pelo vitrinismo de seu fragor e em externalizar sua essência. (SANTOS; CUNHA, 2018a, p. 41)

Se a territorialidade, pelo sentido relacional de pertencimento, mobiliza afetos e os cristaliza em ação ruidosa, tal ruído não se dá destituído de politização, já que a querela é uma movência pela transformação e/ou reconhecimento, como postula Honneth (2003). E esse tecido ruidoso guarda temporalidades e espacialidades, isto é, sua matriz é a própria cosmologia da prática e da vivência social, imbricada de conflitos.

A natureza das pautas evocadas nas manifestações eram múltiplas. No entanto, essa multiplicidade não exclui certa acuidade ou organização. As vocalizações por educação, saúde, mobilidade, emprego e outras pautas de agenda socioeconômica não eram meras repetições saturadas de problemas aflitivos ao país, mas ideários de luta e politização.

Ora, as pautas amplamente familiares ao brasileiro por vivência cotidiana e comuns ao discurso da classe política são indicadores da flutuação de demandas que compreendem noções por ideais de país, regiões e localidades. Isto é, gritar por educação ou ir às ruas reivindicando melhorias na saúde afugentam na noção de simplificações reduzidas, mas são elementos de um pensamento por desenvolvimento.

E essas ideias flutuantes de desenvolvimento que tensionam por projetos no imaginário popular são componentes dialéticos sintomáticos das próprias relações de conflito

e dependência enfrentados pelo país em uma dimensão macroscópica e de jogo político, como podemos encontrar ressonância em Marini (2000), Streeck (2013) e Cardoso (2015).

Movimentos sociais são associados prioritariamente à efervescência ou à volatilidade da ação insurgente, no entanto, sua natureza reticulada permite explicitar que a aparência insurgente é sua eclosão aparente, já que sua raiz e teor são construídos por trajetória e estão latentes no sonho popular e no signo diário de luta, enfrentamento e relação na quotidianidade.

Nesse sonho popular está o alívio idealizado em projeto da situação de arrocho e pressão vividas na realidade diária, isto é, os sujeitos que sofrem pela estrutura e processos socioeconômicos amenizam sua pena com ideais transformadores, elaborados por afetos positivos e negativos e pela politização - seja esta pelo exercício político-civil ou pela simples interação social trivial.

No onírico que anela por transformação da realidade ou no ideal que torna o afeto um combustível de ação, está a base da fermentação de utopias. Utopias aqui vistas como sonhos populares marcados por um ideário sociopolítico e cuja cristalização torna-se ideologia em exercício (MANNHEIM, 1976; SARGISSON, 2012). Da utopia como sonho popular e sua tensão pela cristalização em ideologia está disposto outro ingrediente para a produção tecidual de desenvolvimento(s).

Para caracterizar essa produção de tessituras de desenvolvimento(s), a partir das Jornadas de Junho, sinaliza-se inicialmente o uso de desenvolvimento(s) ao invés de desenvolvimento ou desenvolvimentos. O termo implica em noções variadas e múltiplas de desenvolvimento, ora em integração, ora em disputa, mas em permanente enfoque sobre o que se tem por ideal de igualdade, justiça ou sociedade no tempo e no espaço.

A trajetória utópica, o feitiço insurgente e a característica peculiar dos atos os fizeram produtores de noções de desenvolvimento que atravessam o onírico (RIST, 2002), o ideal e o trâmite político estanque - frequentemente ativo apenas no período eleitoral. As manifestações por suas demandas e pelo exercício de ida às ruas, na gramática do conflito, na estética da insurgência, na subversão da interrupção dos fluxos urbanos e midiáticos fazem emergir pressões de contrapoder sobre o signo de desenvolvimento regularmente afixado à políticas hegemônicas.

Parar os fluxos urbanos, desestabilizar a cobertura midiática, pressionar as instâncias de governança e pôr em reivindicação demandas que traduzem projetos de vida e país

pluralizados criam tecidos de desenvolvimento(s), já que adicionam nós, tramas e costuras aos materiais do tecido desenvolvimentista vigente. Essa produção tecidual por reparo ou tomada é sígnica e atordoante em sua essência.

Esse caráter sígnico e atordoante possui força política de coalizão que, na conjuntura de participação social e cidadã das manifestações, tornam não só o teor das pautas reivindicadas como tessituras de desenvolvimento(s), mas sua própria estética e fomento é desenvolvimento(s) volatilizado na gramática do conflito social. Nesse ínterim, a participação social que, por pressão e força de contrapoder, produz coalizão (RIBEIRO, 2008) é desenvolvimento em disputa e que provoca os próprios eixos dos projetos vigentes.

A isso se responde com os resultados práticos e políticos das jornadas: a renovação da ocupação do espaço urbano e público, o surgimento de coletivos urbanos, a retomada de discussões como direito à cidade, a redução dos preços de transporte público pelo país, o diálogo dos governos com grupos manifestantes e um aprendizado político-midiático sobre a dinâmica da mobilização.

Soma-se a esse constructo produtor de tessituras de desenvolvimento(s) o préstimo da memória e da comunicação em rede como instrumentais sociopolíticos. Quanto à memória, esta tem uma incursão peculiar sobre movimentos sociais. A dimensão anamnética articula simultaneamente passado - logo, experiências - e futuro - portanto, expectativas - para se efetivar como lembrança no presente.

No balanço lacunar entre experiências e expectativas, o produto de frustração, percalço e indignação se tornam molas propulsoras para um tipo particular de insurgência. Esse tipo particular metaboliza a memória como componente para uma reparação das experiências frustradas do passado de modo a construir perspectivas melhoradas de futuro em âmbito geracional (BENJAMIN, 1994; BRANDÃO, 1998).

Essa dinâmica é conhecida por reparação anamnética (NEVES, 2005), onde a rememoração de eventos se constitui elemento e pulsão para a ação politizada, engajada e identitária. A reparação anamnética como movimento agregador de experiências e expectativas possui uma dimensão revolucionária. Essa perspectiva dialoga com o efeito produtor de tessituras de desenvolvimento(s) nas jornadas de junho, complexificando sua estética insurgente.

Se os conclames e a natureza das demandas postas em mobilização pelas manifestações estão embebidas de memória, uma camada histórica e relacional substancial

está presente na insurgência, tornando o discurso sociopolítico mais engajada, discursivo e um pulso por desenvolvimento. Esse pulso é querela sobre os discursos e projetos vigentes, como poder emanado por renovação e reposicionamento de tais ações desenvolvimentistas.

Esse quadro ganha acuidade a partir da comunicação em rede como elemento arregimentador dos atos. As Jornadas de Junho foram particularmente construídas sobre um plano comunicacional: o uso das redes sociais. O aporte das redes sociais permitiu a formação de nós, arcos e tramas que garantiram à espontaneidade horizontal e instável dos atos certa força de impacto.

A comunicação em rede de junho de 2013 a partir das redes sociais como Facebook e Twitter possuía duas características: ser uma forma de comunicação alternativa e autônoma. Alternativa, já que escapa ao circuito midiático tradicional e operado por princípios editoriais; e autônoma, por desvencilhar-se de forças institucionais e gerar comunidades, difundindo-se de maneira independente de controle.

Desse modo, a estética, a gramática, a dinâmica e a mecânica das Jornadas de Junho de 2013 - apesar de sua instabilidade e porosidade - a tornaram uma plataforma mobilizadora particular de produção de tessituras de desenvolvimento(s). O pulso insurgente aliado à participação social, gerou coalizão e pôs em xeque as estruturas não só dos programas, mas dos discursos desenvolvimentistas vigentes, reclamando olhares e ações renovadas sobre esses desenvolvimento(s).

Considerações finais

As Jornadas de Junho de 2013 ficaram conhecidas como uma série de protestos difundidos sobre o território nacional, cujo teor se ampliou, tornando-se uma frente insurgente distribuída e coesa, sem que articulações institucionais claras estivessem presentes. A multiescalaridade e a refletância on e off-line tornaram mais complexa a narrativa e a apreensão desse evento-fenômeno.

O quadro dos atos se complexifica na medida em que sua estética mobilizou afetos e demandas socioeconômicas e políticas como um dispositivo querelante e politizado sobre ações e discursos desenvolvimentistas, uma vez que a articulação dos atos possuía uma agenda que clamava por transformação social a partir da base, a partir do discurso.

Desse modo, a participação social característica da insurgência produziu tessituras de desenvolvimento(s) pelo questionamento dos *modus operandi* e *vivendi* dos programas e

projetos vigentes sobre o país em multiescalaridade, arraigada pela solidariedade das territorialidades insurgentes nas quais se arrolaram o movimento. Pondo em xeque visões e projetos desenvolvimentistas pelo clamor de demandas em prejuízo nacional, pressionou-se setores de interesse sobre o controle das narrativas da benesse desenvolvimentista.

Junho de 2013 abarca uma dimensão em renovação quanto à constituição da mobilização social na contemporaneidade. Dimensão ressonante globalmente com movimentos insurgentes arregimentados pela comunicação em rede como a Primavera Árabe, Occupy Wall Street, Revolução dos Pinguins, entre outros. Na volatilidade, instantaneidade e espontaneidade da magnitude dos atos está a participação que gera coalizão, politizada, cidadã e plural, questionando as direções sociais das perspectivas de desenvolvimento sobre seus territórios.

Referências

- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRANDÃO, C. R. A primeira. Walter Benjamin. A dívida solidária com o passado. In: _____. **Memória Sertão**: cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão. São Paulo: Cone Sul; Uberaba: Editora Uniube, 1998. p. 27-34.
- CARDOSO, A. D. Capitalismo e democracia na teoria de crise de Streeck. **Revista Argumentos**, Montes Claros, v. 12, n. 1, p. 71-85, 2015.
- CARVALHO, J. M. Cidadania na encruzilhada. In: BIGNOTTO, N. (Org.). **Pensar a república**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 105-130.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. (Org.). **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora UnB, 2011. p. 245-282.
- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia**. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: SADER, E. (Org.). **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 105-165.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

NEVES, F. R. Nova Hermenêutica Histórico-Crítica: revolução anamnésica e solidariedade histórica em Walter Benjamin. **Contexto**, Mossoró, v. 3, n. 3, p. 103-110, jan./jul. 2008.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 80, p.109-125, mar. 2008.

RIST, G. **El desarrollo**: historia de una creencia occidental. Traducción de Adolfo Fernández Marugán. Madrid, España: Catarata, 2002.

SANTOS, G. S.; CUNHA, M. G. C. As Territorialidades Insurgentes do Gigante Desperto: Jornadas de Junho de 2013 no Brasil e suas Dinâmicas Territoriais. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 35, p. 37-48, 24 jul. 2018a.

_____. Entre protestos e fluxos: rede e escala nas jornadas de junho de 2013 no Brasil. **Revista Elisée**, Porangatu, v. 7, n. 1, p. 71-84, jan./jul. 2018b.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

_____. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SARGISSON, L. **Fool's gold**: utopianism in the twenty-first century. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012.

SILVEIRA, M. L. Novos acontecimentos, novas territorialidades. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 39-62.

STREECK, W. **Tempo Comprado**. A crise adiada do capitalismo democrático. Lisboa, Portugal: Actual, 2013.

*Recebido em 29 de setembro de 2018.
Aceito em 03 de novembro de 2018.*